

... e a sublegenda de correntes a favor da ampliação da sublegenda

JORNAL DE BRASIL

Sarney insiste na sublegenda municipal

10 JUN 1980

O presidente do PDS, senador José Sarney, voltou a insistir ontem na afirmação de que a posição do governo com relação à sublegenda foi fixada pelo presidente Figueiredo, quando encaminhou ao Congresso Nacional mensagem estabelecendo aquele instituto apenas para o plano municipal.

O senador Aderbal Jurema por sua vez, entregará hoje à comissão mista parecer que rejeita a emenda constitucional do senador Afonso Camargo (PP), que extingue a sublegenda em todos os níveis. Para o senador Gastão Muller (PP), essa posição, orientada pelo governo, torna inevitável a reunificação oposicionista porque "é ostensivo o desejo de beneficiar o PDS".

O deputado Jorge Arbage vice-líder do PDS, está convencido de que será aprovado seu projeto instituindo, na legislação ordinária, a sublegenda para governador.

SARNEY

O senador José Sarney reconhece a existência de grandes correntes políticas defendendo implantação de sublegenda para outros níveis, como o de governador, sabe que a posição do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, é simpática a essas correntes, mas insistiu na afirmação de que o governo já tem posição firmada a respeito.

Enquanto o líder do governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, simplesmente evita tratar do assunto e o secretário-geral do partido, deputado Prisco Vianna, continua assegurando que a tendência do governo é manter a situação atual, cogitando-se inclusive de extinguir a sublegenda para senador, mantendo o instituto tão somente para o plano nacional, circula no Congresso a informação de que o senador

José Sarney mantém sua posição em respeito ao compromisso assumido com setores oposicionistas quando da votação da emenda constitucional que extinguiu os partidos.

O senador Affonso Camargo chegou a ter esperanças de que sua proposta fosse aprovada, pois o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho (PA), chegou a declarar que a sublegenda seria apenas pas as eleições municipais. O próprio relator Jurema chegou a revelar ao senador Camargo que, pessoalmente, era contrário à extensão da sublegenda a todos os níveis.

Jurema rejeitará porém, a proposição do senador paraense por entender que não é matéria constitucional, devendo ser regulada em lei ordinária. O objetivo do senador Camargo era, porém, estabelecer a proibição constitucional para dificultar a sua implantação em todos os níveis, de acordo com o interesse do governo.

Lembra Camargo que o próprio presidente da República já se declarou favorável à sublegenda apenas no nível municipal, considerando-a desagregadora e incompatível com o bipartidarismo. Quando ministro da Justiça o senador Petrólio Portella classificou-a de "excrecência", pregando sua gradativa extinção.

O senador Benedito Canelas (PDS-MT), com vinculações pessoais no Palácio do Planalto, opôs-se sempre, a limitação da sublegenda às eleições municipais. Ao contrário dos senadores Passarinho e Jurema, ele defendeu sua ampliação principalmente depois de se reunir com o ministro da Justiça, deputado Ibrahim Abi-Ackel. O senador Canelas, como o ministro da Justiça, é um dos candidatos ao PDS ao governo de seu Estado.